



*Ano 2, Número 4 Maio/2019*

# **CAMINHOS ESTRATÉGICOS DE MERCADO**

**CONJUNTURA DO PAÍS E CAMINHOS PARA O  
FUTURO**

# CAMINHOS ESTRATÉGICOS DE MERCADO

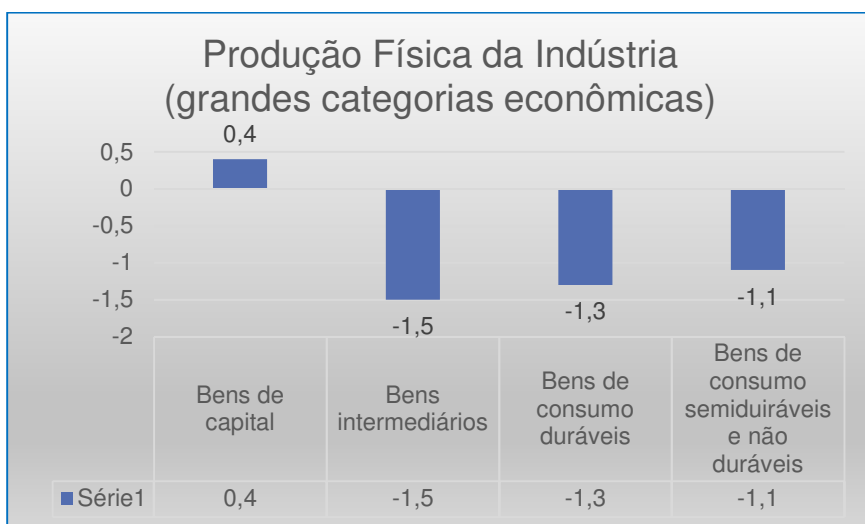
## CONJUNTURA DO PAÍS E CAMINHOS PARA O FUTURO

### *NESTA EDIÇÃO*

- 1. Breves Notas Conjunturais: Panorama Brasil e Alagoas*
- 2. O ranking do crédito produtivo por municípios Alagoanos em 2018*
- 3. Melhores cidades para fazer negócio no Brasil*
- 4. Artigo do Mês: A relevância dos pequenos negócios para a economia*
- 5. Painel Brasil*
- 6. Painel Alagoas.*
- 7. Expediente.*

## CONJUNTURA NACIONAL E ALAGOANA NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DE 2019

O quadro da conjuntura do primeiro quadrimestre no Brasil e em Alagoas nos apresenta número ainda difíceis para este começo de 2019. O PIB (produto interno bruto) do país teve sua projeção revista de 2% a.a. no início do ano, para aproximadamente 1,5% a.a. no último mês, segundo o Boletim Focus do BCB. Vale destacar a baixa performance na produção industrial do país, como atestam os números da PIM (pesquisa industrial mensal, do IBGE). Segundo esta pesquisa, o setor industrial registrou queda de 1,3% em março de 2019, contra variação positiva de 0,6% do mês anterior. Na análise desagregada, vislumbramos uma retração em três de quatro grandes categorias econômicas: -1,5% na produção de bens intermediários (ex.: fermento para o pão); -1,3% em bens de consumo duráveis (ex.: automóveis) e -1,1% na categoria de bens de consumo semiduráveis e não duráveis (ex.: produtos alimentícios). Apenas os bens de capital (ex.: máquinas e equipamentos) apresentaram um crescimento de 0,4% no período.



Fonte: IBGE

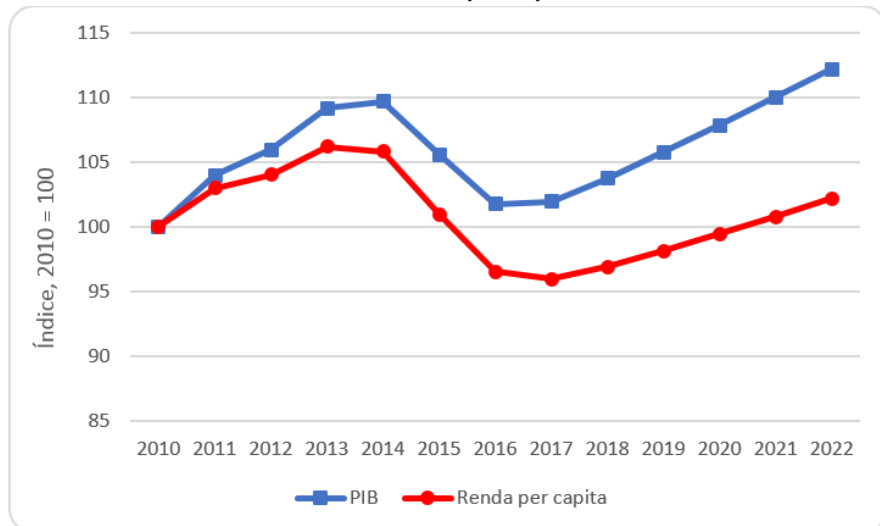
Isto significa que a economia ainda está desaquecida como resultado da elevação do número de desempregados e a consequente retração na renda e no consumo das famílias. O impacto negativo também acontece no lado da oferta da economia (as empresas), que postergam qualquer decisão de investimento enquanto esta situação de lentidão na economia ainda se verifica.

A taxa de desemprego do país, aliás, aponta para a terceira queda no ano. Segundo dados da PNAD-IBGE, a taxa de desocupação da mão de obra registrada no primeiro trimestre ficou em 12,7%, assinalando alta de 1,1% quando comparado com o período imediatamente anterior. Esta situação fez crescer o número de empregos informais no país, que corresponde a 40,8% das vagas ocupadas no mercado de trabalho, o que representa um expressivo número de 37,5 milhões de pessoas atuando como informais na economia.

A situação é bastante grave uma vez que projeta um longo período de recuperação à frente. Em momentos de forte crise como o atual, os trabalhadores são os primeiros que sentem o baque e os últimos a recomporem sua renda e posição na sociedade porque as empresas somente respondem positivamente com novas contratações quando superam a fase de desconfiança e incertezas, retroalimentando a espiral negativa. Um fator externo à crise precisa acontecer para que aconteça a ruptura, podendo este ser traduzido por exemplo em investimentos públicos em grandes obras, abertura a novos mercados, inovações radicais e mesmo transformações sociais como reação ao status que vigente.

O gráfico abaixo nos dá uma mostra do efeito crise na renda da população. Partindo de 2010 até 2020, a recuperação da renda da população somente começará a ocorrer a partir de 2021. Ou seja, chegaremos em 2020 mais pobres do que em 2010. Mesmo com projeções de crescimento da economia em torno de 2% a.a. entre 2018 e 2022, não será suficiente para recuperar as perdas da renda per capita ocorridas entre os anos de 2015 e 2018. A continuidade desta situação ao longo do tempo pode capturar permanentemente o país na armadilha da renda média.

Crescimento do PIB e da Renda per capita, Brasil: 2010-2022



Fonte: FMI. WEO, Abril 2017 <http://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>

## E Alagoas?

A situação de Alagoas é também muito grave. Como já falamos aqui em números recentes (Caminhos Estratégicos nº 2/Março de 2019), nossos indicadores socioeconômicos pioraram significativamente. A piora ocorreu nos índices de desocupação (somos o terceiro pior Estado da Federação, com uma taxa de 16,7%), no incremento do desalento (16,4%), na queda de emprego com carteira assinada e na redução da tendência de arrecadação por parte do Estado.

Não contamos com nenhum novo projeto mobilizador de recursos que possa ativar diversos elos de cadeias produtivas diferentes. As cadeias de confecções e do leite, que já mobilizaram diversas empresas no seu entorno, não mais atuam com a firmeza de antes. As principais fábricas de confecções do Estado encerraram suas atividades e a cadeia do leite patina com a falta de repasses regulares de recursos por parte do governo.

Somado a isso, temos um novo grande problema em pauta que é a paralisação das atividades da Braskem em decorrência do laudo da CPRM (Companhia De Pesquisa de Recursos Minerais). O encerramento das atividades da Braskem, se confirmado, impactará fortemente no emprego e na renda, além de fragilizar diversas empresas de setores diferentes que orbitam a referida empresa.

E o que o governo federal está fazendo para tirar o país da inércia? Por enquanto, o foco da atuação do governo central tem sido a aprovação da reforma da previdência. É como se o país estivesse em compasso de espera para voltar a andar quando da aprovação da proposta. Mas, não é só isso. Outros projetos também estão tramitando, como o pacote anticorrupção do ministro Sérgio Moro e os projetos de incremento da produtividade e competitividade e de desburocratização e liberdade econômica. A questão de fundo dessas propostas é que são todas para o médio e longo prazos e pouco impacto de curto prazo que resulte em novos investimentos, geração de renda, empregos e tributos na economia.

# O RANKING DO CRÉDITO PRODUTIVO POR MUNICÍPIOS EM ALAGOAS – 2018

## Empréstimos Concedidos BNB Alagoas – 2018

No ano de 2018, o Banco do Nordeste (BNB) liberou para o Estado de Alagoas o montante de R\$ 864.561.657,60 em crédito produtivo. Os recursos foram distribuídos entre todos os municípios do Estado e foram anotadas 369 atividades econômicas diferentes, com prevalência para a agropecuária, comércio e serviços. A indústria contou com menos crédito em termos de quantidade de operações, porém nos contratos fechados com o banco podemos verificar uma grande concentração de recursos para estas atividades.

A quantidade de operações para o montante de recursos emprestados foi de 29.828, com um ticket médio de R\$ 28.984,90. Para uma análise inicial dos recursos liberados, separamos os créditos liberados com valores acima de R\$ 5mi, conforme tabela abaixo. As quatro primeiras colocações não causam nenhuma surpresa por se tratar de municípios significativos para a economia alagoana. Cabe apenas uma observação quanto à concentração do crédito, posto em Marechal Deodoro, por exemplo, temos um valor considerável de liberação e uma pequena quantidade de operações, representando grande concentração em poucas empresas.

### Municípios com valores liberados acima de R\$ 5.000.000,00

Posição	Município	Valor Liberado (R\$ 1,00)	Qtde. Operações	Ticket Médio (R\$ 1,00)
1ª	Maceió	459.182.481	593	774.338
2ª	Arapiraca	54.056.304	664	81.410
3ª	Marechal Deodoro	44.996.333	35	1.285.609
4ª	Coruripe	33.131.646	839	39.489
5ª	São Luís do Quitunde	16.037.765	42	381.851
6ª	São Miguel dos Campos	11.651.369	48	242.737
7ª	São Sebastião	11.010.006	1.574	6.995
8ª	Girau do Ponciano	10.966.292	1.268	8.648
9ª	Palmeira dos Índios	10.320.534	778	13.265
10ª	Craíbas	10.277.338	1.182	8.695
11ª	Penedo	10.207.341	823	12.403
12ª	Santana do Ipanema	8.932.078	1.127	7.925
13ª	Delmiro Gouveia	8.110.487	117	69.320
14ª	Junqueiro	7.995.468	707	11.309
15ª	Viçosa	7.494.488	333	22.506
16ª	Igreja Nova	7.355.130	1.254	5.865
17ª	São José da Tapera	6.632.495	1.067	6.216
18ª	Batalha	5.665.175	498	11.376
19ª	Olho D'Água do Casado	5.385.641	210	25.646
20ª	Major Isidoro	5.340.928	595	8.976
21ª	Maragogi	5.332.278	161	33.120
22ª	Estrela de Alagoas	5.166.657	984	5.251
	<b>Total dos 22 municípios (86% do total dos créditos)</b>	<b>745.248.234</b>	<b>14.899</b>	<b>50.020</b>

Fonte: BNB, 2018

Esta concentração de crédito pode significar uma grande dependência para o município, fazendo com que todo o comércio local fique preso na teia desses grandes negócios. Em momentos de crise do principal agente econômico, o restante dos atores locais costumam sofrer muito até se recuperar do golpe.

Por outro lado, temos municípios com uma grande pulverização dos empréstimos e um ticket médio mais modesto e mais democrático. É possível iniciar uma análise dos dois grupos e seu perfil econômico para responder qual modelo seria mais eficiente. No primeiro grupo (grandes empréstimos com perfil mais concentrado) estão municípios como: Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, Coruripe, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos, Delmiro Gouveia, Viçosa, Olho D'Água do Casado e Maragogi. No segundo grupo (menor ticket médio e maior quantidade de operações) estão: São Sebastião, Girau do Ponciano, Craíbas, Santana do Ipanema, Igreja Nova, São José da Tapera e Estrela de Alagoas.

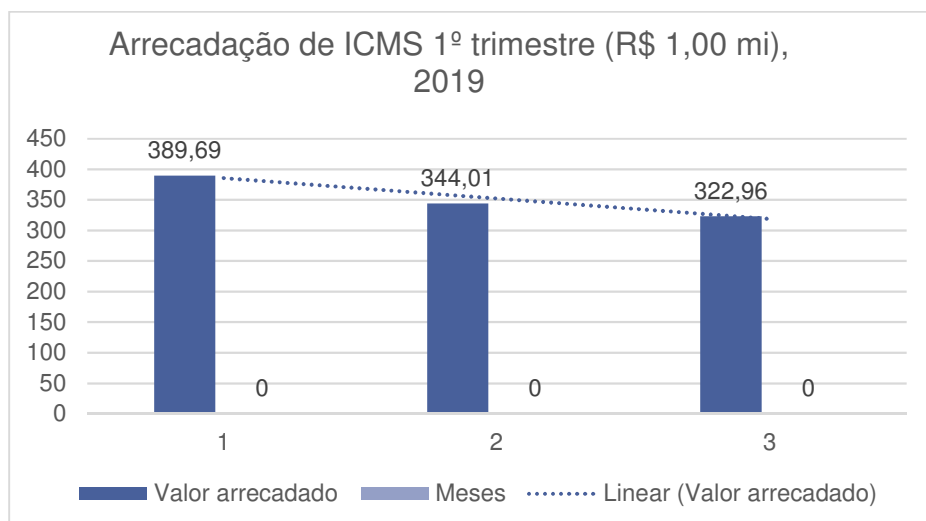
Observamos também que, em municípios com pouca ou nenhuma atividade produtiva de médio ou grande portes, a pulverização do crédito não surte os efeitos de desenvolvimento esperados, ficando o crédito relegado a apenas manter o crescimento vegetativo dessas localidades. Os números nos permitem concluir nesta primeira aproximação que: i) a concentração de crédito nas mãos de poucos atores econômicos é perigoso para a diversificação da economia local; ii) uma grande pulverização do crédito sem uma atividade que represente o motor da economia local, não é suficiente para provocar crescimento econômico e desenvolvimento no longo prazo; iii) a grande quantidade de pequenas liberações de crédito é um bom sinal de potencial econômico para a instalação de atividades industriais, como pequenas fábricas de alimentos, confecções, construção leve e outros.

Os governos, órgãos de apoio empresarial, agências de desenvolvimento e outros atores, podem fazer a diferença ao induzir novos negócios baseados na capacidade de resposta do que já existe nos municípios. E o crédito produtivo é um ótimo sinalizador para este processo.

## Balanço Setorial

### Arrecadação de ICMS em 2019

A arrecadação de ICMS de janeiro, a primeira do ano, chegou a R\$ 386 milhões. O crescimento em relação a janeiro de 2018, quando foram arrecadados R\$ 372 milhões, foi de apenas 3,73%, ligeiramente abaixo da inflação acumulada do ano passado (3,75%). Os meses de fevereiro (R\$ 344 milhões) e março (R\$ 322 milhões) confirmam a tendência de redução na arrecadação que, mesmo com leve variação positiva com relação a 2018 (fev/19: + 1,16% e mar/19: + 5,9%), ainda não é suficiente para que tenhamos uma sinalização positiva para o restante do ano. Se continuar nesse ritmo, o governo do Estado terá dificuldades para manter o atual nível de gastos. Levando em conta as dificuldades da economia e o atual índice de confiança dos empresários da indústria (em queda 58,4 pontos em abril – em março estava próximo a 59 pontos), bem como o encolhimento dos produtos manufaturados na balança comercial (2008 = 46,8%; 2018 = 36,1%), podemos afirmar que os próximos meses serão de poucas mudanças no cenário econômico do país.



## O Perfil da Indústria em Alagoas

O setor industrial em Alagoas contribui com aproximadamente 16% do produto interno bruto (PIB), tendo como principais segmentos: construção civil (41,5%); alimentos (24,00%); indústrias de utilidade pública (12,4%); químicos (11,3%) e bebidas (3,9%). Juntos, estes segmentos representam 93,1% de todas as indústrias do Estado. Quanto ao porte, 71% das indústrias microempresas e representam 7,2% do total de empregos gerados (vide tabela abaixo).

### Percentual de Indústria por porte e nº empregados

Porte	Participação %	Nº Empregados	% Emprego Total
<b>Micro</b>	71,7%	Até 09	7,2%
<b>Pequenas</b>	21,4%	De 10 a 49	14%
<b>Médias</b>	5,3%	De 50 a 249	16,3%
<b>Grandes</b>	1,5%	250 ou mais	62,6%

Fonte: Portal da Indústria, CNI.

As indústrias alagoanas representam 20,1% do emprego formal do Estado e pagam um salário médio de R\$ 1.744,10, deixando Alagoas -36,1% abaixo da média nacional. Com relação aos tributos, contribuíram em seu conjunto com R\$ 1,3bi em ICMS, sendo responsáveis por 1,1% da arrecadação nacional do mesmo tributo. No que diz respeito ao tributo nacional, as indústrias de Alagoas pagaram R\$ 105,2bi em IPI (imposto sobre produtos industrializados) no ano de 2018. Alagoas possui um PIB industrial de R\$ 5,5 bilhões, equivalente a 0,5% da indústria nacional; emprega 97.641 trabalhadores na indústria. É o oitavo menor PIB do Brasil, com R\$ 44,7 bilhões, porém apresentou uma perda de - 0,1% na participação do Estado no PIB industrial entre os anos de 2006 e 2016. A recuperação do setor pode significar a geração de milhares de empregos, além do incremento na arrecadação de tributos e renda para a população local.



***A Relevância da Pequena Empresa nas Economias Locais e as Oportunidades da Transformação Digital***

A performance econômica dos países em desenvolvimento de baixa renda será crucial para a redução da pobreza no futuro. Mesmo enfrentando contratempos significativos, eles podem aproveitar novas oportunidades de crescimento pela via das plataformas digitais.

As mudanças recentes na economia mundial são motivadas por três megatendências: 1. Transformação digital das estruturas por onde a economia é construída e funciona; 2. O crescente poder de compra e a força econômica das economias emergentes, com a China em particular; 3. Tendências de ampla transformação em política econômica, que incluem: crescimento do nacionalismo; várias formas de populismo; polarização política e social e a possibilidade de ruptura da estrutura multilateral que a economia global tem funcionado desde a II Guerra Mundial, como PNUD; BID; WB; ONU, etc.

Mesmo que a mídia dê uma importância elevada a questões como as disputas entre os EUA e a China e suas megatendências em tecnologia, investimento e comércio, é importante lembrar que uma parte significativa da população do mundo vive em países pobres ou em partes pobres de países em desenvolvimento. Além do mais, deve-se atentar para o fato de que a redução da pobreza nas últimas três décadas ocorreu como consequência do resultado primário do desenvolvimento sustentável das economias em desenvolvimento.

Portanto, o crescimento futuro dos países em estágio inicial de desenvolvimento (que inclui os países de baixos rendimentos) será de grande importância na redução da pobreza de sua população. Eles enfrentarão grandes desafios, mas terão muitas oportunidades no campo da digitalização da economia.

No campo dos grandes desafios, podemos citar em primeiro lugar a grande ameaça de desemprego em massa em face do surgimento das tecnologias digitais, como a robótica, os sensores, a inteligência artificial, os aplicativos. Esta ameaça poderá ocorrer especialmente nos setores de montagem industrial, que empregam grandes quantidades de mão de obra.

Uma segunda grande ameaça são as mudanças climáticas e o aquecimento global e seu impacto nas regiões tropicais e subtropicais. A média das temperaturas ficará dentro do que já vemos hoje, porém os extremos serão mais ampliados, com grandes secas em prazos mais longos. Isso nos remete de imediato à necessidade de se construir um processo de planejamento mais eficiente e ações para a gestão do uso e armazenamento de água.

O terceiro grande desafio dos países de baixo crescimento são as altas taxas de fertilidade das mulheres, especialmente nos países da África Sub-Saariana. Em alguns deles (Mali e o Congo), a quantidade de filhos por mulher chega a 06 ou 07! Não há modelo de crescimento econômico que dê conta de uma quantidade de novos entrantes na economia quando pensamos na geração de

ocupação e renda para todos. Os modelos existentes nos informam que, mesmo um crescimento anual da economia por volta de 7% não é o bastante! Um caminho eficiente para reduzir essa pressão e enfrentar o desafio é o empoderamento feminino e o planejamento familiar. Além disso, podemos citar ainda os conflitos religiosos e étnicos, que provocam o desequilíbrio de oportunidades que, por sua vez, tem um elevado efeito disruptivo na governança e no crescimento.

Esses fatores, no entanto, não são intransponíveis e podem ser superados com as oportunidades da transformação digital. No entanto, esses países precisam atentar para a infraestrutura de suporte para o crescimento, como a eletricidade e a conectividade digital – principalmente no interior e nos povoados afastados dos grandes centros urbanos. Este tipo de infraestrutura complementa os investimentos tradicionais em portos, rodovias e ferrovias e potencializa o crescimento econômico dos países de baixa renda.

Assim, será possível aproveitar as oportunidades que o movimento de transformação digital promove ao redor das economias globalizadas. As possibilidades para os países e regiões de baixo crescimento podem acontecer em segmentos como: e-commerce; pagamentos utilizando tecnologia de telefonia móvel; serviços financeiros; mercados digitais de produtos físicos, dentre vários outros.

Para aproveitar essas oportunidades, no entanto, as agências de desenvolvimento precisam voltar seus recursos e esforços para a solução dos problemas de sua economia e população. É importante que as empresas chamadas *starups* alinhem suas antenas para a resolução de problemas reais dessa população e promova o acesso dos seus produtos ao mercado consumidor. Grande parte das populações do meio rural e dos municípios do interior dos Estados e países periféricos demandam um acesso a mercados com maior eficiência e rapidez. Adicionalmente, os pequenos produtores e empresários de pequeno porte também precisam de crédito customizado, assistência técnica e apoio em gestão e outros serviços que podem ser acionados pelas novas tecnologias digitais, como microsseguros e educação financeira.

Ou seja, as inovações de ruptura e as novas tecnologias devem servir à sociedade. Os empreendedores precisam conhecer sua realidade e agir sobre ela; e as organizações de fomento têm o papel de articular os pontos para a resolução dos problemas e apoiar o fomento ao crescimento econômico e o desenvolvimento de longo prazo. Esta articulação é fundamental para a superação das dificuldades e promover uma revolução da “base da pirâmide para a base da pirâmide”! Ou, os pobres produzindo para os pobres e resolvendo seus problemas entre si.

# PAINEL DE INDICADORES: BRASIL E ALAGOAS

## Principais Indicadores Econômicos – Brasil

Descrição	2015	2016	2017	2018	Último Dado	2019
<b>I – Atividade Econômica</b>						
PIB real (%)*	-3,5	-3,5	1	1,1	4º tri/2018	1,5
Produção industrial (%) *	-8,30%	-6,60%	2,50%	1,1%	mar/19	-0,1
Comércio Varejista (var. volume vendas) *	-4,3	-6,2	2	2,3	mar/19	1,3
Taxa Desocupação (PNAD contínua)	9	12	11,8	11,6	jan/fev/mar**	12,7
<b>II – Inflação</b>						
IPCA (%)*	10,7	6,3	3	3,8	abr/19	4,9
IGP-M (%)*	10,5	7,2	-0,5	7,6	abr/19	8,7
<b>III – Juros e Câmbio</b>						
Selic (%)	14,25	13,75	7	6,5	mai/19	6,5
TJLP (%)	7	7,5	7	7,03	Abr/mai/jun**	6,26
R\$/US\$	3,9	3,25	3,3	3,85	10/05/2019	3,96
<b>IV – Setor Externo</b>						
Balança Comercial (US\$ bilhões) *	19,7	47,72	66,99	60,6	abr/19	57,45
Investimento Estrangeiro Direto (% PIB) *	4,2	4,4	3,4	4,7	abr/19	4,7
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	356,46	372,22	381,97	378,10	09/05/19	384,26
<b>V – Crédito (SFN)</b>						
Taxa de Juros (% a.a.)	29,8	32	25,6	23,3	mar/19	25,3
Inadimplência (%)	3,4	3,7	3,2	2,9	mar/19	3,0

\*Acumulado em 12 meses; \*\* Trimestre Móvel

## Painel Alagoas

Indicador	Valor
Taxa de analfabetismo entre jovens e adultos (IBGE, PNADC, 2017)	18,20%
Escolaridade média da população adulta (IBGE, PNADC, 2017)	7,1 anos
Taxa de desemprego (PNAD, IBGE, 2019)	17,30%
Renda domiciliar per capita	R\$ 658,00
Geração nem nem nem (nem trabalha, nem estuda, nem procura emprego) (IBGE, 2018)	26,35%
Índice de Gini* (IBGE, 2018)	0,46
PIB (bilhões) (IBGE, 2017)	R\$ 37.223
PIB per capita	R\$ 13.422
IDH-M** (IBGE, 2016)	0,667
IPC (junho/18) (Alagoas em Dados, 2018)	0,65%

## ***Expediente Boletim Caminhos Estratégicos de Mercado – UGE***

### ***Presidente do Conselho Deliberativo***

*José da Silva Nogueira Filho*

### ***Diretor Superintendente***

*Marcos Antonio da Rocha Vieira*

### ***Diretor Técnico***

*Ronaldo de Moraes e Silva*

### ***Diretor de Administração e Finanças***

*José Roberval Cabral*

### ***Gerente da Unidade de Gestão Estratégica – UGE***

*Fabírcia Carneiro Fernandes*

### ***Equipe UGE***

*Fábio Leão (conteúdo)*

*Isadora Barros*

*Geanne Daniella*

*Sandra Vilela*

*Júlio Enders*

### ***Colaboração***

*Gustavo Vieira (estagiário)*

*Mariana Cruz (estagiária)*